Revés no Congresso

30 JUN 1991

Alvaro Pereira

JORNAL DE BRASÍLIA

Por 329 votos contra e apenas 111 favoráveis, os partidos de oposição, à frente o PMDB, rejeitaram a medida provisória que concedia aumentos diferenciados aos servidores públicos. Cerca de 800 mil servidores, civis e militares, haviam sido beneficiados com reajustes que variavam de vinte a trinta por cento. Outros 300 mil, porém, ficaram de fora, e essa aparente discriminação de determinadas categorias — funcionários da Polícia Federal da Receita Federal e das universidades — teria determinado a inesperada derrota do Governo. Houve tentativas de entendimento até a última hora: depois de conversar com técnicos da área econômica, o deputado Humberto Souto chegou a propor um reajuste salarial imediato para os professores universitários, em torno de 37 por cento, além de um aumento linear para todos os servidores no próximo mês de agosto, com efeito retroativo a julho. O acordo parecia selado, de forma a garantir a aprovação tranqüila da medida, mas o PMDB não se deu por satisfeito e decidiu votar contra.

A posição contrária do PMDB, quando já se iniciava o processo de votação, seria fatal para o Governo. Sem a garantia de que a medida seria aprovada, o líder Humberto Souto explicou a um plenário nervoso que, naquelas circunstâncias,

poderia manter as concessões previstas na proposta de entendimento. Foi o bastante para que partidos tradicionalmente dóceis — como o PTB e o PDS — também decidissem votar contra a medida. Diante da derrota inevitável, o líder do PFL, Ricardo Fiúza, anunciou que liberava seus companheiros de bancada para que votassem de acordo com suas consciências. O resultado, foi que a já precária maioria parlamentar do Governo se desmoronou, ficando reduzida a humilhantes 111 votos. Como justificar tamanho desastre?

Na falta de uma explicação convincente, o ministro da Justiça e coordenador político, Jarbas Passarinho, colocou seu cargo à disposição do presidente Collor. Este, por sua vez, reafirmou sua confiança no ministro e o isentou de responsabilidade direta no episódio. As críticas recaíam sobre os líderes do Governo, Humberto Souto, e do PFL, Ricardo Fiúza, que conduzem as negociações na Câmara em nome do Presidente. Assim, como consequência do revés da semana passada, o Governo parece decidido a colocar um fim na "dupla liderança". O comando uno e indivisível — como já existe no Senado, através do senador Marco Maciel — é condição indispensável para que as tentativas de entendimento tenham êxito nas próximas votações.